

VALORIZAÇÃO DOCENTE E SUBORDINAÇÃO AO CONTROLE DOS RESULTADOS: UM ESTUDO DE REVISÃO

Sânzia Cicimária Coelho Cortez

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Brasil

sanzia20238692@alu.uern.br

Adelma Barbosa da Costa

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Brasil

adelma20241003500@alu.uern.br

Allan Solano Souza

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Brasil

allansouza@uern.br

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A valorização docente constitui um dos pilares fundamentais para a promoção de uma educação de qualidade e a melhoria dos indicadores educacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Aspectos como condições de trabalho adequadas, formação continuada, remuneração justa e uma carreira estruturada são indispensáveis para fortalecer o papel dos professores no processo de ensino-aprendizagem. Esses elementos não apenas refletem no desempenho dos estudantes, mas também refletem as exigências de produtividade e competitividade impostas pelo contexto neoliberal, que, segundo Frigotto (2012), subordina a educação às dinâmicas do mercado, muitas vezes em detrimento da qualidade e da equidade no ensino.

O presente estudo constitui um recorte de uma pesquisa de Mestrado em Educação, cujo objetivo é problematizar os desafios relacionados à valorização docente na educação básica, considerando sua subordinação à lógica do controle de resultados, especialmente aqueles baseados em avaliações externas. A pesquisa busca responder à seguinte questão: quais são as possíveis interlocuções teóricas entre a valorização docente e o controle de resultados educacionais? Para isso, adota uma abordagem qualitativa (Lakatos e Marconi, 2017) e fundamenta-se em um estudo bibliográfico, pautado na revisão de estudos de autores com reconhecida trajetória na temática, os quais ressaltam a importância do arcabouço teórico para a interpretação da realidade educacional. Dessa

forma, a investigação analisa as inter-relações entre a valorização do magistério e o controle de resultados, com ênfase no contexto das políticas educacionais de avaliação e responsabilização.

O texto está estruturado em três seções: as considerações introdutórias, a análise da literatura, principalmente, em autores como Freitas (2018), Gatti (2019) e Gouveia (2022) e as considerações finais, que sintetizam avanços e desafios na busca por uma valorização docente efetiva.

2 VALORIZAÇÃO DOCENTE E MELHORIA DOS RESULTADOS: o que apontam os autores?

A valorização docente, enquanto tema central desta pesquisa, demanda uma análise crítica das políticas públicas educacionais que pretendem a melhoria da educação básica e de seus indicadores, como o IDEB. Gatti et al. (2019) enfatizam que a formação continuada e o fortalecimento da carreira docente são aspectos indispensáveis para consolidar práticas pedagógicas de qualidade. Entretanto, tais medidas frequentemente enfrentam limitações estruturais impostas pelo contexto neoliberal, que, segundo Frigotto (2012), subordina a educação às lógicas de mercado, ou, como expressa Souza (2016), ao controle de resultados e à competição administrada entre escolas, quando prioriza indicadores quantitativos em detrimento de transformações qualitativas nas condições de trabalho dos professores.

No contexto das reformas educacionais neoliberais, especialmente adotadas a partir da década de 1990 no Brasil, a valorização docente é reduzida a bonificação como um dos mecanismos para impulsionar resultados educacionais aferidos por avaliações externas e os seus índices, como o IDEB, sem alcançar as especificidades regionais e resolver o problema das desigualdades estruturais do sistema de ensino. Freitas afirma que,

Essa desqualificação, tanto na formação quanto no exercício profissional, é acompanhada pela desvalorização profissional que é apresentada ao magistério pelo seu contrário, ou seja, como se fosse valorização. A lógica novamente está no mercado: segundo ela, é preciso motivar as pessoas a trabalhar mais, e aumentos salariais iguais para todos não estimulam, sendo necessário sua ligação com resultados, no caso, com o desempenho dos estudantes medido em testes, permitindo uma complementação salarial variável e personalizada. (Freitas, 2018 p. 109)

Landini (2015) corrobora essa visão ao afirmar que esse processo tem sido orientado por uma lógica de produtividade, que contribui para o esvaziamento da autonomia docente e o estranhamento do trabalho pedagógico. A negligência em relação aos investimentos em infraestrutura, formação e remuneração adequados, repercute na ausência de uma política de valorização docente.

Gatti (2019) defende que a valorização docente além de ofertar formação continuada, deve incorporar ações que assegurem condições dignas de trabalho e uma carreira estruturada. Do mesmo modo, Gouveia (2022) argumenta que a valorização só será efetiva se for acompanhada de investimentos consistentes em infraestrutura e remuneração, considerando as especificidades locais e regionais das redes de ensino.

Portanto, a valorização docente deve ser entendida como um processo contínuo e complexo, que não pode ser dissociado de uma análise crítica das políticas neoliberais que moldam a educação brasileira. O fortalecimento do magistério requer uma abordagem sistêmica, que reconheça a educação como um direito social e não como uma mercadoria, e que promova uma articulação entre reconhecimento profissional, melhorias nas condições de trabalho e inovação pedagógica. Assim, como aponta Frigotto (2012), a superação das contradições neoliberais na educação é um caminho indispensável para a construção de um sistema de ensino verdadeiramente inclusivo e equitativo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização docente se confirma como um elemento essencial para a promoção de uma educação de qualidade e a melhoria dos indicadores educacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para que essa valorização seja efetiva, é imprescindível implementar políticas públicas que assegurem formação continuada, progressão na carreira e remuneração digna aos professores. Tais elementos, quando articulados de forma integrada, fortalecem o magistério e fomentam práticas pedagógicas que promovem a equidade e a inclusão no ensino.

Entretanto, persistem desafios estruturais, como condições inadequadas de trabalho e a desvalorização do professor frente às lógicas mercadológicas impostas pelo neoliberalismo. Essas limitações impactam diretamente a motivação docente e restringem

os resultados positivos esperados das políticas educacionais. É necessário superar essas barreiras por meio de iniciativas que considerem as especificidades regionais e reduzam desigualdades existentes entre as redes de ensino.

Neste sentido, a valorização docente deve ser compreendida para além dos aspectos técnicos e operacionais, englobando dimensões humanas, culturais e profissionais. Reconhecer os professores como agentes fundamentais na transformação social exige um compromisso coletivo entre gestores públicos, sociedade civil e os próprios educadores. Estratégias integradas, que promovam condições dignas de trabalho e investimento consistente em infraestrutura, são essenciais para consolidar um sistema educacional inclusivo e equitativo.

Por fim, superar as contradições do neoliberalismo e reposicionar a educação como um direito social é um passo fundamental para garantir um futuro no qual o coletivo, a equidade e a justiça sejam os pilares da escola pública. O fortalecimento do magistério, portanto, não é apenas uma meta, mas uma condição indispensável para a transformação da realidade educacional brasileira.

4 REFERÊNCIAS

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: crítica ao neoliberalismo em educação*. São Paulo: Cortez, 2012.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Brasília: UNESCO, 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. Remuneração docente em contexto de austeridade fiscal: uma análise das redes municipais de ensino dos estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, e270047, 2022.

GOUVEIA, Lúcia. *Valorização docente e a gestão da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

LANDINI, Sonia Regina; PEREIRA, Gisele Adriana Maciel. Trabalho docente, avaliações em larga escala e o complexo da desrealização e estranhamento. *Revista*

Fundamentos, Teresina, v. 2, n. 2, 2015. Disponível em: <https://fundamentos.ufpi.br>. Acesso em: 30 dez. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SOUZA, Allan Solano; CABRAL NETO, Antônio. A nova gestão pública em educação: planejamento estratégico como instrumento de responsabilização. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 621-640, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v11i21.755>. Acesso em: 20 jan. 2025.